

Sindicato critica aumento

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

A proposta da Secretaria de Educação do DF para o novo plano de cargos e salários dos professores da rede pública de ensino, que implica um aumento de 110% a 190% no salário-base, desagradou os representantes da categoria. O Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF) quer avaliar mais detidamente o projeto, que deve ser entregue ao governador José Roberto Arruda na terça-feira, quando ele volta de sua viagem aos Estados Unidos. Numa primeira análise, entretanto, o sindicato não gostou dos principais pontos, antecipados pelo *Correio* na edição de ontem. Independentemente da abertura de negociações, a assembléia com indicativo de greve continua marcada para o dia 17.

“Essa proposta está muito distante do que a categoria considera satisfatório. Embora aumente a base dos vencimentos, ela achata a carreira e diminui ou acaba com gratificações importantes. Ou seja, o governo quer dar com uma mão e retirar com a outra, o que é inadmissível”, avaliou Antônio de Lisboa Vale, um dos diretores do Sinpro. O secretário de Educação, José Luiz Valente, vai propor a Arruda o reajuste do salário-base, hoje fixado em R\$ 924, para um valor variável entre R\$ 2 mil e R\$ 2,7 mil. Em contrapartida, a gratificação por dedicação exclusiva, por exemplo, cairá dos atuais 80% para 50% e pelo menos três outras gratificações serão extintas.

Marcelo Ferreira/CB



SINPRO MANTÉM INDICATIVO DE GREVE E FAZ NOVA ASSEMBLÉIA NO DIA 17 DE OUTUBRO PARA DEBATER O ASSUNTO

Negociações

Vale se diz favorável ao estabelecimento de uma variação do salário-base e da fixação de seu piso em R\$ 2,7 mil, mas quer que o teto salte para R\$ 4 mil. Segundo o diretor, além disso, o Sinpro vai negociar com Arruda a permanência de todas as gratificações, com seus valores determinados pelo menos no nível atual. O objetivo de curto prazo é conseguir a equiparação salarial com a categoria dos médicos, que tem um salário base de R\$ 1.850, menor

do que o proposto para os professores, mas atinge uma remuneração final superior a R\$ 10 mil, segundo Vale. “Queremos um escalonamento dos vencimentos de acordo com uma tabela bem específica”, reivindica.

Segundo o diretor, a categoria não aceita que uma avaliação individual de desempenho seja utilizada como critério para a variação das gratificações. Para ele, a análise da qualidade do ensino deve ser feita de forma global, levando em conta o desempenho

dos alunos nas salas de aula, o conteúdo dos livros didáticos e até a verificação da merenda escolar. “Não vamos aceitar que mais uma vez se tente colocar nas costas dos professores a conta pelos problemas da educação pública. A avaliação tem que ser do sistema educacional e não do professor, que é uma vítima”, reclama. A secretaria propõe a avaliação dos professores a partir de critérios como assiduidade, pontualidade, conhecimento técnico e criatividade nas aulas.